



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

## CONTRATO

N.º 75/2019

### “Aquisição de Serviços de Fiscalização de Empreitadas”

Aos 28 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços; -----

Entre: -----

**Município de Sines**, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, representada neste ato pelo Exmo. Sr. **Nuno José Gonçalves Mascarenhas**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sines, no exercício de funções nos termos da alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

**Plano Conceptual, Lda.**, com o número de identificação fiscal 515468258, com sede na Rua da Nortada, Lote 114, Lagoa de Santo André, 7500-016 Vila Nova de Santo André, neste ato representado por **Pedro Miguel Barão Sabino e Miguel Ângelo de Jesus Matias**, na qualidade de representantes legais, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 7861-1270-7546, subscrita a 14/05/2019 e válida até 14/08/2019, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 17/06/2019, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

### PRIMEIRA

#### Objeto

O presente contrato tem por objeto a aquisição de serviços de fiscalização de obras públicas adjudicadas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos definidos no



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

*[Handwritten signatures]*

Caderno de Encargos e Convite que serviram de base à consulta prévia, Processo n.º 2019/300.10.005/660, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato.-----

**SEGUNDA**

**Preço Contratual**

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 30.000,00 (trinta mil euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 6.900,00 (seis mil e novecentos euros), o que perfaz o valor global de € 36.900,00 (trinta e seis mil e novecentos euros). -----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

**TERCEIRA**

**Prazo de Execução do Contrato**

O prazo de execução é de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

**QUARTA**

**Prestação de Caução**

Encontra-se dispensada a prestação de caução. -----

**QUINTA**

**Condições de Pagamento**

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

*[Handwritten signatures]*

A faturação será mensal. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

**SEXTA**

**Gestor do Contrato**

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Miguel Falcão, na qualidade de Chefe de Divisão de Obras Municipais da CMS;

Telefone Móvel: 918811025; -----

Telefone Fixo: 269630230; -----

Email: mfalcao@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----

**SÉTIMA**

**Prevalência**

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

b) A proposta adjudicada; -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

*[Handwritten signatures]*

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

**OITAVA**

**Cabimento/ Compromisso**

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/ 07010401, cabimentos n.ºs 16893, 16894 e 16895 e compromisso n.º 18777,18778 e 18779. -----

**NONA**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**DÉCIMA**

**Disposições Finais**

No aqui omissos aplicam-se as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 03/06/2019 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santiago do Cacém, a 03/06/2019, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 15 de junho de 2019.

**O Primeiro Outorgante**



Nuno José Gonçalves Mascarenhas

**O Segundo Outorgante**



Pedro Miguel Barão Sabino



Miguel Ângelo de Jesus Matias,